

Enquanto eu escrevia este texto, uma mulher foi assassinada

Cinco. O Brasil é o 5º maior país do mundo, o 5º mais populoso, é cinco vezes Campeão do Mundo. É também o 5º país que mais mata mulheres apenas por elas serem mulheres. São quase 5 (4.8 para ser mais exata) homicídios a cada 100 mil mulheres segundo o Mapa da Violência de 2015, cerca de 13 assassinatos por dia. Outra pesquisa, do IPEA, dá um número parecido: um feminicídio a cada 90 minutos no país, o que significa que, enquanto eu escrevia este texto, alguém foi assassinada, provavelmente por alguém da família, e outro alguém está com os minutos contados.

[\(O Estado de S. Paulo, 19/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O mais chocante é que mesmo tendo números estarrecedores, ainda se nega o feminicídio no Brasil. Ainda é mimimi de feminista, conversa para boi dormir. Ninguém morre por ser mulher. Na cabeça de muita gente, a não ser que o assassino (que em geral é mesmo homem) diga “você é mulher e merece morrer” ou “estou te matando porque você é mulher” em alto e bom som, não existe crime de gênero.



Crédito: Ana Castro (Abucandjaba)

O feminicídio não se dá assim. Um crime é de gênero quando o gatilho diz respeito a alguma expectativa que recai sobre as mulheres. É quando uma mulher termina um relacionamento e o homem não é capaz de aceitar, é quando ele é traído, perde a guarda dos filhos, quando uma mulher usa uma determinada roupa, maquiagem. Quando a mulher sai de casa, estuda, dança. Os “motivos” parecem variar, mas na verdade são sempre o mesmo: um homem incapaz de aceitar que uma mulher não lhe pertence e que é um ser humano com vontades próprias. O motivo do crime nunca é a mulher terminar o relacionamento, é o homem ser incapaz de enxergá-la como uma pessoa.

E ainda assim há quem diga que crime de gênero não existe.

Nem mesmo o autor da chacina em Campinas negou a existência do feminicídio como um . Em sua carta, ele disse: “As mulheres sim tem medo de morrer com pouca idade” (sic). O escândalo que abriu o ano escancarou o ódio contra mulheres de uma maneira impressionante: praticamente toda mulher citada na carta do assassino foi chamada de vadia. Por motivos diferentes, porque para ser vadia basta ser uma mulher que desobedece.

O feminicídio nada mais é do que o extremo do que o patriarcado nos ensina todos os dias: tenha as mulheres sob controle, nem que seja preciso usar a força. E nós estamos cada vez mais extremados. O assassino desse caso em questão não disse nada de muito diferente do que nós feministas recebemos de ofensas todos os dias. Não significa que todos que nos xingam são assassinos em potencial, mas significa que nossa sociedade aceitou e normalizou o discurso de ódio de uma maneira inaceitável.

O assassinato de Isamara Filier, seu filho e de outras dez pessoas foi motivado pelo machismo, não tem nem como esconder. Foi um caso que nos chocou e que nos fez refletir, mas nem todas

as mulheres que têm o mesmo destino viram notícia. E não deveria precisar para que nos indignássemos. Enquanto continuamos negando a existência do feminicídio como fenômeno social, milhares de mulheres continuam morrendo com a complacência de quem diz que é mimimi.

Em 11 dias, cinco casos de feminicídio. Isso não pode ser aceito

Nos primeiros 11 dias de 2017 foram noticiados pelo menos **cinco** casos de mulheres que morreram justamente por serem mulheres. Todos com requintes de crueldade. O ano virou com o [chocante caso de Campinas](#), no qual Sidnei Ramis de Araújo matou a ex-mulher, o filho de 8 anos e outras 11 pessoas, incluindo ele próprio. No total, **nove vítimas eram mulheres**.

(HuffPost, 12/01/2017 - acesse no site de origem)

Nesta quinta-feira (12), as notícias de outros dois casos evidenciam que o **feminicídio** não pode ser aceito.

Amanda Moranez é considerada mais uma vítima que engrossa as estatísticas de violência contra mulher. Segundo o jornal [O Dia](#), ela e o namorado foram encontrados mortos em Porto Alegre, no último dia 10, dentro de casa.

A suspeita da polícia é de crime passional, pois Gustavo de Oliveira Pereira, 26 anos, não aceitava o fim do relacionamento. Ele teria **estrangulado** a mulher e a matado em seguida.

Outro que não aceitou o fim do relacionamento e teria decidido tirar a vida da ex-namorada foi um soldado da Polícia Militar, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo.

Perto do Natal, quando terminou o namoro, Janaina Mitiko, 32 anos, foi agredida pelo namorado e passou a receber ameaças. De acordo com informações do [G1](#), o soldado a esperou na porta de casa, por volta de 22h, de quarta-feira (11), e a **agrediu** novamente. Depois atirou nela e fugiu.

Ainda segundo o [G1](#), uma amiga comentou o caso nas redes sociais.

“Uma das partes não aceita o término e comete o crime. (...) É o fim de duas vidas: de um lado, uma moça linda fazendo faculdade de Pedagogia e uma mãe que gostaria de ver a filha formada, e do outro um homem se achando maior que Deus e ao mesmo tempo legal, com uma carreira destruída.”

Também no estado de São Paulo, uma menina de 18 anos foi assassinada pelo ex-namorado de

24 anos. Segundo o [R7](#), no último dia 3, o vigiante Anderson Silva dos Santos convidou Gabrielly Dias de Macedo para tentar reatar o romance a matou por suspeitar que ela tivesse encontrado um novo amor.

Gabrielly foi **espancada** por Anderson até morrer. Os dois estiveram juntos por sete meses e chegaram a morar no local do crime.

No primeiro dia do ano novo, Renata Rodrigues Aureliano, de 29 anos, [foi a vítima](#) de Jéferson Diego Caetano da Costa, de 26 anos. Outro **insatisfeito** com o fim do relacionamento. Ele teria **ateado fogo** nela com um galão de gasolina. Renata chegou a correr para casa para pedir ajuda. Um dos dois filhos de casal, de 9 anos, assistiu à cena. Ela foi levada para o hospital, mas não resistiu e morreu no dia 2.

Chacina de Campinas

O caso com maior repercussão foi o que abriu o ano. A morte de Isamara Filier e do filho, de 8 anos, foi um marco. A chacina, com oito mulheres mortas, [foi premeditada](#), com toques de **crueldade**.

Em duas cartas, Sidnei Ramis de Araújo deixou claro que queria “pegar o máximo de **vadias** da família juntas”. Ele acusava a ex-mulher de tentar distanciá-lo do filho e dizia que as vadias fazem tudo que é errado.

“Eu ia matar as vadias (eu já tinha a arma e raspei a numeração pra não prejudicar quem me vendeu, ela precisava de dinheiro). Família de policial morto não recebe tantos benefícios com a família de presos. Cadê os ordinários dos direitos humanos? Estão sendo presos por ajudar bandidos, né? Paiseco de bosta. Sei que me achava um frouxo em não dar uns tapas na cara dela, mas eu não podia te dizer as minhas pretensões em acabar com ela! Tinha que ser no momento certo. Quero pegar o máximo de vadias da família juntas.”

Mortes, infelizmente, são rotina

[Especial de 10 anos da Lei Maria da Penha](#), feito pelo HuffPost Brasil, alerta: “todos os dias, **13 mulheres** são assassinadas no Brasil. É a quinta mais alta taxa no mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2014 foram 4.832 homicídios, segundo dados mais recentes do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Dessas mortes, o governo federal não têm noção de quantos são casos de violência doméstica”.



Reprodução/Facebook

Até quando?

Por Grasielle Castro

“A tragédia anunciada durante uma década” - documento de posição de organizações do movimento de mulheres

O feminicídio de Isamara Filier e mais 8 mulheres de sua família, ocorrido na madrugada do dia 1 de janeiro, em Campinas (SP) foi o motivo desta Nota que a cada dia ganha mais apoios e assinaturas de organizações feministas e aliadas. Contudo destacamos que, infelizmente, em 4 de janeiro de 2017 outro feminicídio coletivo foi noticiado, desta vez em Feira de Santana (BA), matando cinco mulheres, filhas e parentes do assassino que se encontra foragido.

Pelo direito a viver uma vida sem violência!

----- (Nota pública com todas as adesões até 15h de 06.01.2017)

Era fim de ano, tempo de comemorar a chegada de um novo janeiro e o alento para os horizontes que estavam por vir. O Brasil, porém, amanhecia impactado com a forte repercussão de um crime violento cometido por um homem inconformado com o fim de uma relação. Entre os argumentos para assassinar, o agressor usou, em sua defesa, a vida da mulher e o desejo dela por liberdade. Era 1976, exatamente 30 de dezembro, e a vítima, Ângela Diniz. Quarenta anos depois, em 1 de janeiro de 2017, tivemos nossa esperança no novo ano abatida por um feminicídio, que levou a violência a outro patamar. Ao assassinar nove mulheres de um mesmo círculo de relações em Campinas (SP), Sidnei Ramis de Araújo indicou que, para lavar sua honra, não bastava apenas matar a ex-companheira, o alvo de seu ódio. Foi necessário acabar com a vida de parentes e amigas.

Além da quantidade de vítimas fatais no crime, a carta deixada pelo agressor confirma a

potência letal do ódio a mulheres. Se nos 40 anos que separam os crimes de Doca Street e Sidnei Ramis de Araújo, nós mulheres brasileiras avançamos em direitos, a estrutura de dominação patriarcal – responsável por matar 13 mulheres diariamente no país – conseguiu criar barreiras para que ainda não tenhamos conquistado uma vida plena de direitos.

Uma consulta a arquivos sobre feminicídios indicou esse como primeiro caso em que o assassino constrói uma narrativa em relação à lei que protege mulheres e crianças das agressões domésticas. “Filho, não sou machista e não tenho raiva das mulheres (essas de boa índole, eu amo de coração, tanto é que me apaixonei por uma mulher maravilhosa, a Kátia) tenho raiva das vadias que se proliferam e muito a cada dia se beneficiando da lei vadia da penha!”)

Além das investigações e a responsabilização de eventuais envolvidos no crime (por ação ou negligência), é necessário refletir sobre como os poderes públicos têm colocado em xeque a Lei Maria da Penha. Apesar de ser uma das nossas maiores conquistas (juntamente com a aprovação da lei do Feminicídio), a punição dos agressores e a prevenção concreta dos crimes ainda demandam mobilização social. Uma avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) apontou que a Lei conseguiu reduzir em 10% os homicídios de mulheres por violência doméstica, mas que ainda há diferentes graus de institucionalização dos serviços protetivos às vítimas pelo país.

Isamara Filier, ao longo de 10 anos, período que coincide com a aprovação da Lei Maria da Penha, registrou cinco boletins de ocorrência contra o ex-companheiro por agressão e ameaça, e também por abuso sexual contra seu filho. Sua morte se anunciava desde 2005. Onze anos depois, com o Estado falhando na prevenção e na proteção, o crime se concretiza.

O desejo de exterminar a maior quantidade possível de mulheres da mesma família – como ficou claro na carta divulgada pela imprensa – é um alerta. O ódio dos agressores de mulheres têm sim potencial para construir grandes tragédias. É com essa realidade que todos os atores sociais – os sistemas de Justiça, de assistência social, e também os de educação e os meios de comunicação – precisam lidar com a violência contra as mulheres. Somos o quinto país que mais assassina mulheres no mundo. Na visão de agressores como Sidnei, esta semana, ou Doca Street, 40 anos atrás, vadias somos todas nós mulheres que lutamos por liberdade e autonomia.

A morte de Isamara, seu filho, amigas e familiares demonstra que as Leis não findam em si mesmas. A violência contra as mulheres é um problema estrutural da cultura machista, racista e homo-lesbo-transfóbica, que nega às mulheres o direito a uma vida livre e plena.

Nós – mulheres do movimento feminista organizado – não podemos deixar que a impunidade se perpetue. Comprometemo-nos a cobrar punições de imediato. Em paralelo aos avanços nas legislações, que precisam ser implementadas verdadeiramente, seguimos também na luta pela transformação da sociedade voltada à construção de um país que proteja todas as cidadãs e todos os cidadãos.

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AOMNB

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

Coletivo de Mulheres Defensoras Públicas do Brasil

Coletivo Nacional de Mulheres do PSOL

Grupo Marietta Bader da RENAP nacional
GT de Mulheres de Axé da Rede Nacional de Religiões Afro Brasileira REAFRO
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD
Movimento de Mulheres Camponesas MMC
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia MAMA
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste MMTR-NE
Rede de Mulheres Negras do Nordeste
Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais
Rede Nacional de Pessoas com HIV e Aids
Rua Juventude Anticapitalista
Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT
União Brasileira de Mulheres UBM
União de Mulheres da Amazônia Brasileira UMIAB

#partida - construindo a democracia feminista

Em solidariedade: Articulação Feminista MarcoSur (America Latina)

AMB Rio, Rio de Janeiro (RJ)
AMB São Paulo (SP)
AMB Mato Grosso do Sul (MS)
AMA Articulação de Mulheres do Amazonas (AM)
Articulação Aids Pernambuco, Recife (PE)
Articulação de Mulheres do Amapá (AP)
Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA, MA)
Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão (MA)
Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/Brasil)
Diretoria de Políticas para Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (PE)
Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Ceará (CE)
Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Ceará (CE)
Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e no Serviço Público no Sul do Maranhão (MA)
Fórum Justiça (RJ)
Fórum de Mulheres do Sertão do Araripe (PE)
Fórum de Mulheres de Jaboatão (PE)
Fórum Cearense de Mulheres (CE)
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (PA)
Fórum de Mulheres Maranhense (MA)
Fórum de Mulheres de Imperatriz (MA)
Fórum de Mulheres do Amapá (AP)
Fórum de Mulheres do Distrito Federal (DF)
Fórum de Mulheres do Espírito Santo (ES)
Fórum de Mulheres de Pernambuco (PE)
Fórum Permanente das Mulheres de Manuas (AM)
Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte (RN)
Levante Popular da Juventude (PA)
Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará (PA)
Movimento Ibiapabano de Mulheres (CE)
Movimento de Mulheres Solidária do Amazonas (AM)

Movimento de Promotoras Legais Populares de Mauá (SP)
Movimento de Mulheres da Floresta - Dandara (AM)
Movimento Mais Mulheres OAB Roraima (RR)
Movimento de Mulheres Negras de Colatina e Região de Zacimba Gaba (ES)
Movimento de Mulheres de Altamira Campo e Cidade (PA)
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco (PE)
Rede de Mulheres de Terreiro (PE)
Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba (PB)
Secretaria Estadual de Mulheres do PT (PE)
Secretaria de Mulheres da CUT (CE)
Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, Recife (PE)
Sindicato dos Professores Especialistas de Imperatriz (MA)

Articulação do Movimento de Mulheres de Bairros do Recife (PE)
Associação de Mulheres Amigas de Itinga AMMIGA (BA)
Associação de Mulheres do Bacuri e Adjacências (MA)
Associação Catarinas, Florianópolis (SC)
Associação de Mulheres Buscando Libertação, Cariacica (ES)
Associação de Mulheres da Serra (ES)
Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica - Espírito Santo (ES)
Bamidelê Organização de Mulheres Negras da Paraíba (PB)
Cabelação (PE)
Casa da Mulher do Nordeste (PE)
Casa da Mulher 8 de Março (TO)
Casa Chiquinha Gonzaga (CE)
Centro de Direitos Humanos Pe. Josino (MA)
Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA (DF)
Cepia Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação (RJ)
Centro Acadêmico de História Bem-Te-Vis UEMA (MA)
Cidadãs Positivas de Pernambuco (PE)
Coco de Mulheres (PE)
Coletiva de Mulheres de Lauro de Freitas (BA)
Coletiva Feminista Diadorim (PE)
Coletivo Alumiá (SP)
Coletivo Coco das Manas (PB)
Coletivo de Mulheres Negras Carolinas (RN)
Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (PE)
Coletivo de Mulheres do Calafate (BA)
Coletivo de Mulheres de Jaboatão (PE)
Coletivo de Mulheres do Calafate (BA)
Coletivo de Mulheres de Jaboatão (PE)
Coletivo de Mulheres Casa Lilás (PE)
Coletivo de Mulheres Passirenses, (PE)
Coletivo Filhas da Luta (RS)
Coletivo Marcha das Vadias Recife (PE)
Coletivo Maria Vai Com As Outras (ES)
Coletivo Mulher Vida (PE)
Coletivo Quebrando Vidraças (PE)
Comitê Popular Urbano de Belém (PA)
Cunhã Coletivo Feminista (PB)

Diaconia Organização CrIstã de Defesa dos Direitos Humanos e Promoção da Justiça (Fortaleza - CE)
Espaço Feminista URI HI (AM)
Espaço Mulher (PE)
FASE
Gendac Genero, Mulher, Desenvolvimento e Ação (PI)
Grupo Alternativo de Geração de Renda da Economia Solidária (PA)
Grupo Cidadania Feminina (PE)
Grupo Curumim (PE)
Grupo Cultural Femini Nação (PE)
Grupo de Mulheres Jurema (PE)
Grupo de Pesquisa/Uepa: Movimentos Sociais, Educacao e Cidadania na Amazonia - GMSECA (PA)
Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismo e Antirracismo na Educação UFPE (PE)
Grupo de Mulheres Jurema (PE)
Grupo Mulher Maravilha (PE)
GTP+ (PE)
IM AIS (BA)
Instituto de Estudos de Gênero IEG-UFSC (SC)
Instituto de Mulheres Negras do Amapá IMENA (AP)
Instituto Papai (PE)
Instituto Inegra (CE)
Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos (PA)
Instituto Maria da Penha (CE)
Instituto em Tempos de Ayoká (CE)
Instituto Amazônia Solidária IAMAS (PA)
Laboratório de Relações de Gênero e Família UDESC (SC)
Mirin Brasil (PE)
Núcleo Amélias da Marcha Mundial de Mulheres (RN)
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher UFMG (MG)
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades UFSC
Núcleo de Mulheres de Roraima - NUMUR (RR)
N30 Pesquisas (RJ)
Projeto de Extensão Maria da penha/UnB (DF)
Redeh Rede de Desenvolvimento Humano, (RJ)
Secretaria Estadual de Mulheres do PT (PE)
Secretaria de Mulheres da CUT (CE)
Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, Recife (PE)
Sindicato dos Professores Especialistas de Imperatriz (MA)
Sítio Agatha - Espaço de Agroecologia Militante Feminista Étnico-Racial
SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia (PE)
Tribo Aldeia da Juventude (PA)
Uialá Mukaji Sociedade de Mulheres Negras (PE)
Zalika - Maternidade, Parto e Infância (ES)

'Eles odeiam mulheres e passam o dia escolhendo alvos', diz blogueira feminista

Dois dias antes do Natal, a blogueira feminista Lola Aronovich via chegar em sua caixa de entrada de e-mail mais uma mensagem com ameaças. Outra entre tantas recebidas há cerca de seis anos. Desta vez o ataque também era endereçado ao reitor da Universidade Federal do Ceará, onde ela é professora. Ou Lola era demitida ou haveria um massacre, com 300 pessoas mortas. "Diziam ou despede o 'demônio imundo' ou vão passar um mês recolhendo corpos e cadáveres", relata Lola.

(Brasil 247, 06/01/2017 - Acesse o site de origem)



Segundo Lola Aronovich, o autor da chacina que matou Isamara Filier, seu filho e mais dez familiares era um "mascu", como os que a ameaçam há seis anos. Era a mesma linguagem e discurso de ódio, diz reportagem da revista Fórum

machismo-mata

A blogueira é alvo de um grupo especializado em disseminar o ódio na internet. Estupro, desmembramento, morte. As ameaças vêm de toda parte tanto para ela, como para seu marido e mãe. Elas chegam pelos comentários de seu blog Lola escreva Lola, via e-mail e, desde novembro todos os dias pelo número do telefone de sua casa. E o mais grave, seu endereço e dados pessoais já foram divulgados por esses grupos diversas vezes, com a promessa de recompensa para quem a matasse.

"Eles odeiam mulheres e passam o dia escolhendo alvos. Feministas são os alvos preferenciais. E sempre me atacaram, ainda mais por eu desmoralizá-los", conta Lola. Foi a blogueira que cunhou o termo "mascu" para esses perfis que se escondem no anonimato da rede para atacar mulheres. Segundo explica Lola, o termo mascu é uma abreviação para "masculinista". "São misóginos e de extrema direita. Nunca vi um mascu de esquerda, em geral são eleitores do Bolsonaro", observa.

"De um lado eles são quase uma caricatura, são o extremo. Muitas vezes as pessoas deixam passar o machismo do dia a dia, mas quando se defrontam com um mascu e aquele nível de ódio, ficam preocupadas." Esses mascus destilam seu ódio, em geral, em comentários de sites, blogs e redes sociais, e se reúnem em fóruns que preservam o anonimato, os "chans". "Eles se valem do anonimato, são o que a gente chama de rambos do teclado. Os valentões da internet que usam uma certa máscara social. São pessoas extremamente perturbadas e cheias de ódio. Pessoas muitas vezes introvertidas, que não trabalham e não estudam. Ironicamente muitos são sustentados pelas mães, mas são misóginos e chamam todas as mulheres de vadias", destaca Lola.

A carta do autor da chacina que matou a ex-mulher Isamara Filier, o filho e mais dez familiares em Campinas (SP), na noite de réveillon, revela que Sidnei Ramis de Araújo era um mascu. "É um comentário que a gente vê com muita frequência em portais de notícias, em fóruns misóginos. É o mesmo tipo de vocabulário. É o mesmo discurso de ódio", observa a blogueira. No texto, o autor chama as mulheres de vadias, diz que iria se vingar da mãe de seu filho, com

quem disputava a guarda na justiça. “A forma como ele chamou ‘lei vadia da penha’ é muito peculiar a um tipo de pessoa. É um nível de ódio de um grupo determinado que são os mascus.”

Ameaças com quem troca mensagem com Lola

Lola já conhece bem os mascus. Apesar das ameaças constantes, ela segue a vida: “É difícil. São seis anos de ameaças, mas você até se acostuma. Só posso dizer, que nestes seis anos dei mais de 200 palestras e, apesar disso tudo, sou sempre tratada com respeito, nunca tive nenhum tipo de xingamento.” Mas recentemente leitoras e pessoas que trocaram mensagens no Twitter com Lola passaram a ser alvo de ameaças e ações que visam desmoralizar a mulher, chamadas de doxxing.

A reportagem entrou em contato com duas vítimas, que preferem não se identificar, cansados dos constrangimentos que já passaram. A primeira delas é uma professora que trocou mensagens via Twitter com Lola. “Fizeram montagens com fotos pornô e o rosto dela e mandaram para a faculdade onde ela trabalha. Imagina a humilhação que é seus colegas professores verem essas montagens. Ameaçaram explodir a universidade se ela não fosse demitida.”

Outro professor também foi vítima do grupo por ter interagido com Lola no Twitter. “A primeira ameaça aconteceu por email em 21/11/2016. Depois enviaram vários outros emails. Pararam nos últimos dias. Tudo começou quando mandei um tweet para a Lola dizendo que ia comprar o livro dela. Só isso”, relata A.N. “Chegaram a pedir dinheiro, mas o que me chocou mais e o que mais aconteceu foram ameaças de estuprar minha esposa e minha filha. Chegaram também a ameaçar a minha instituição, mas isso foi no chan (que eu não acesso). Uma pessoa me mandou um print.”

O professor crê que só uma boa investigação da polícia poderia chegar nessas pessoas. “Acredito que por eles conhecerem o uso da deep web, sabem fazer ameaças e permanecer anônimos. Somente uma boa investigação, que exige muita dedicação da polícia, chegará até eles.”

De acordo com o artigo 286 do Código Penal é crime “incitar, publicamente, a prática de crime”. A pena prevista é de três a seis meses de detenção. Mas Lola diz já estar desiludida. “Minha desilusão é muito grande. Já depus na Polícia Federal algumas vezes, já falei com a mesma delegada em 2015, quando criaram um site com o meu nome dizendo que eu era abortista. Nada aconteceu.”

Agora, por conta da mensagem que chegou à reitoria da Universidade Federal do Ceará, iniciou-se uma investigação do caso pela PF e Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que entenderam o caso como terrorismo.

Site falso

Em novembro de 2015, foi criado um site de ódio (que prega o aborto e infanticídio de meninos, por exemplo) com o nome de Lola. Ela denuncia que Marcelo Mello seria o autor da ação. Ele e Emerson Rodrigues foram presos em março de 2012, na Operação Intolerância. Eles mantinham uma página na internet onde divulgavam textos contra nordestinos, negros, judeus, mulheres e homossexuais.

Segundo Lola, desde que foram soltos em 2013 eles continuam fazendo o que faziam antes em fóruns anônimos: “ameaçar e atacar desafetos e tentar convencer homens tão problemáticos quanto ele a cometerem um atentado e matar o máximo possível de “vadias e esquerdistas””.

O site falso chegou a ser divulgado por conhecidas figuras da extrema direita, como Olavo de Carvalho e Roger. “Eles sabiam que não era meu, mas divulgaram mesmo assim. Trabalham junto pela mesma ideologia, a ideologia de ódio.” Lola ainda considera que humoristas, como Danilo Gentili “que fazem piadinhas com feministas, com massacres, que perseguem feministas através de ‘humor’, são cúmplices”.

Jornalistas ameaçados

Reportagem do programa Profissão Repórter, exibido em dezembro de 2015, tratou sobre as ameaças que Lola vinha sofrendo. Após o programa, o repórter Guilherme Belarmino, que entrevistou Mello, sofreu ataques racistas e ameaças de morte pela internet. “Eu jamais daria uma banana para @guibelar, eu não sou racista, eu daria é muito porrada mesmo”, ameaçou Mello via rede social.

Já a jornalista Joice Hasselman, ex-Veja, fez um vídeo dizendo que estavam ameaçando a ela e a sua família. Ela tentou colocar as ameaças na conta do PT e da esquerda, mas Lola, que conhece bem, apontou que no chan de Marcelo Mello já haviam anunciado quem seria a próxima vítima de uma ação de doxxing: Joice.

Após chacina, ato contra violência a mulher fecha ruas em Campinas, SP

*Manifestantes usaram cartazes com frases de repúdio ao machismo.
Motivo do protesto foi chacina com 12 vítimas na noite de réveillon.*

(G1/Campinas, 05/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

Um ato pelo fim da violência contra as mulheres fechou ruas do Centro de Campinas (SP), na noite desta quinta-feira (5). Os organizadores estimam 1 mil participantes, enquanto a Polícia Militar indica ao menos 250 manifestantes. O motivo é a [chacina que matou 12 pessoas da mesma família na noite de réveillon, entre elas nove mulheres](#), em uma casa na Vila Proost de Souza. Sidnei Ramis Araújo invadiu o local e assassinou a ex-esposa, o filho e outros dez.

O protesto foi organizado por movimentos sociais de Campinas. A concentração começou às 17h no Largo do Rosário e a passeata teve início 19h15. Durante o ato, as pessoas seguraram faixas e cartazes com frases em repúdio ao machismo. A manifestação terminou às 20h20 em frente à Prefeitura, sem incidentes, com um minuto de silêncio em memória das vítimas.

Muitas das mulheres que participaram da manifestação pintaram os rostos com tinta vermelha para simbolizar mãos sujas de sangue. A dona de casa Maria da Cruz estava passando pelo Centro com a neta de 7 anos, se informou sobre o ato e decidiu ficar no local. “Acho importante

o protesto, está tudo muito perigoso, não existe mais amor para as mulheres”, afirmou.

Já Patrícia Lião, integrante do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo (Apeoesp) e do coletivo de mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT), explicou que o protesto é importante para debate das consequências do machismo na sociedade.

“O feminicídio é a consequência máxima do machismo”, ressaltou.

‘Isamara vive’

Ainda na concentração, os manifestantes cantaram “Isamara vive, Isamara viverá, se as mulheres não param de lutar”. Muitas mães com crianças também foram ao ato. A Emdec, empresa responsável pela gestão do trânsito, enviou agentes para auxiliar na interdição das vias.

Por volta das 18h40, os manifestantes fizeram uma “abertura” do ato com uso de um microfone no Largo do Rosário. O nome de cada uma das vítimas da chacina ocorrida na noite de 31 de dezembro foi lembrado. A estudante Giovanna Batália, de 17 anos, avaliou que a manifestação era essencial. “Precisamos mostrar nosso descontentamento e gerar mudanças.”

O professor da rede pública Hamed Mauch Bittar afirmou que fez questão de participar do protesto para combater o discurso de ódio e sensibilizar os homens. “A gente está aqui para fazer um levante contra a opressão, o machismo e que sensibilize os homens”, explicou.

Chacina

Araújo invadiu a casa na Vila Prost de Souza com a pistola, dois carregadores, um canivete e dez explosivos. A Polícia Civil investiga quem vendeu a arma para ele. O atirador deixou uma [carta, áudios e um diário](#) onde explica o motivo de ter cometido do crime, detalha a briga judicial que tinha pela guarda do filho e menciona diversas vezes palavras de ódio às mulheres.

O homem invadiu o local atirando e atingiu 15 pessoas. Das 15, 11 morreram no local e quatro baleadas foram socorridas, mas uma não resistiu aos ferimentos. O filho foi o último a ser morto antes de Sidnei cometer suicídio. [Clique aqui para ver a lista de vítimas](#).

Por Roberta Steganha - G1/Campinas

[Nota da Marcha Mundial das Mulheres sobre chacina em Campinas](#)

Chacina em Campinas foi provocada pela misoginia

Na madrugada da virada do ano de 2017, Sidnei Araújo invadiu uma casa em Campinas, interior de São Paulo, onde acontecia uma festa de réveillon. Matou a ex-esposa, o filho e mais dez pessoas, entre membros da família, amigas e amigos. O assassino se matou e deixou uma carta amplamente divulgada pela grande imprensa. No documento ele atribuía à ex-esposa,

Isamara Fillier, a culpa da violência brutal que cometeu.

As mulheres de todo o mundo ecoam suas vozes dizendo “Nem uma a menos, vivas nos queremos” porque queremos erradicar o machismo, a misoginia e queremos viver livres de violência. Conhecemos a violência patriarcal porque vivemos cotidianamente suas manifestações. Nossas lutas contra tal violência nos mostram que ela está entranhada nas práticas sociais, nas instituições, nas mentes. Convivemos permanentemente com a negligência das instituições e das pessoas em geral porque naturalizam a violência, porque as mulheres estão sempre sob desconfiança. Até mesmo em casos hediondos, como na chacina de Campinas, a primeira tendência é buscar os supostos erros das mulheres. Estamos sempre em vias de sermos acusadas ou transformadas de vítimas em culpadas.

É com essa compreensão que nós da Marcha Mundial das Mulheres manifestamos nossa indignação em relação a chacina cometida em Campinas. Foi um crime premeditado, planejado, que utilizou de vários artefatos. Portanto, um criminoso que anunciou a uma ou mais pessoas que cometeria o crime, sem nenhum impedimento ou constrangimento para dar seguimento a seu plano. O assassino expressou na carta seu ódio às mulheres, ao feminismo e às leis que o impediam de subjugar sua ex-esposa.

O fato de que ela teve que recorrer a todos os mecanismos legais contra ele, denunciando abuso sexual do filho, pedindo e conseguindo medidas judiciais de proteção em relação aos dois é uma demonstração inquestionável da violência e de que a reação brutal dele se deu em função de não ter a posse dela e do filho.

Nesse momento em que expressamos nossa solidariedade aos familiares, amigas e amigos das vítimas, queremos também declarar nosso repúdio à banalização da violência contra a mulher. Reiteramos que essa escalada conservadora, que se expressa no aumento da violência em geral, e em particular no feminicídio, está diretamente ligada aos enfrentamentos que travamos ao patriarcado. Por isso reafirmamos nossa luta para que os governos avancem em políticas de combate à violência machista, da implantação de um projeto de educação não sexista, impedindo que continue o desmonte em curso de várias políticas.

É fundamental a apuração total desse crime e que o conjunto da sociedade, dos governos, dos meios de comunicação, dos movimentos sociais se comprometam com erradicação da violência. Nós mulheres seguiremos em marcha contra todas as formas de opressão e violência. A reação patriarcal não nos deterá e só fará que juntemos mais força e mais mulheres nessa marcha.

Basta de cumplicidade, basta de omissão!!! Não há desculpas que justifiquem a violência.

*Marcha Mundial das Mulheres
03 de janeiro de 2017*

[Especialistas apontam influência da mídia](#)

no discurso de ódio contra mulheres

As justificativas do assassino Sidnei Ramis de Araújo, 46 anos, autor da chacina ocorrida na festa de ano novo em Campinas, interior de São Paulo, matando a ex-mulher Isamara Filier, 41 anos, e o próprio filho João Victor, 8 anos, e mais 10 pessoas, ganharam eco nas redes sociais e em sites de notícias – as alegadas razões do homicida para cometer o crime premeditado foram encontradas quem “compreendesse seus motivos”.

[\(Sul 21, 04/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em sua carta, divulgada na imprensa, o assassino esbravejou discurso de ódio contra as mulheres em geral e especificamente contra a ex, a quem culpava por ter perdido a guarda do filho.

A repercussão na internet brasileira não surpreendeu Juliana de Faria, fundadora da ONG Think Olga. “A internet é só um amplificador do que nós somos como sociedade. Nós somos uma sociedade machista em que a violência contra a mulher é legitimada, normalizada e entendida como algo do dia a dia”, analisa.

Juliana pondera que a mulher sofre diariamente diversos tipos de violência, como a sexual e a doméstica e, apesar de não se assombrar com o discurso de ódio que circulou nas redes sociais, acredita que ao menos seja um avanço a palavra feminicídio passar a ser usada para definir crimes bárbaros como o ocorrido em Campinas.

“É muito bom que a gente possa dar nome para as coisas como elas de fato são. Por muito tempo chamávamos isso de crime passionai, legitimando a violência e tratando-a como algo só de ciúme; e agora podemos chamar de feminicídio, que é a mulher ser assassinada pelo simples fato de ser mulher. Porque como sociedade isso já é normalizado, a culpabilização da vítima é corriqueira.”

O papel da imprensa

Para a fundadora da Think Olga, a forma como a imprensa abordou o caso também foi problemática, principalmente pela divulgação da carta do assassino. “A carta tem um cunho de manifesto. É terrorismo misógino. Você instiga a culpabilização da vítima, permitindo essa violência como se estivesse exterminando um grupo que é entendido como culpado pelas coisas ruins da vida”, afirma.

Também jornalista, com passagem pelo jornal O Estado de S. Paulo, Juliana de Faria critica a ausência de contextualização e “do outro lado” em algumas reportagens que noticiaram o crime. “Quando você divulga isso (a carta), fica parecendo como ‘é um homem, machucado, que está buscando seus direitos de não parecer um frouxo porque não batia nela e agora ele vai exterminar tudo”, analisa, acrescentando que demorou um tempo até se saber que a vítima já havia registrado boletins de ocorrência contra o ex-marido e que havia uma acusação formal contra o pai por ter abusado sexualmente do filho.

Segundo Juliana, a falta de dados sobre feminicídio e violência doméstica nas reportagens também é um erro. “Senão fica só uma informação solta em que as pessoas se apegam. O discurso da carta não é único, não é que nunca apareceu antes, pelo contrário, já está inserido

em filmes, músicas e comentários de internet. A carta sem contexto só legitima essa violência. O jornalismo não é só mensageiro, é mensagem. É nosso papel adequar a mensagem para também educar as pessoas, para que a gente pare de normalizar essa violência, essas desigualdades e situações que são criminosas e fatais. Estamos falando de machismo e misoginia. É muito difícil ter empatia com essa minoria que são as mulheres. É um trabalho de educação e humanização dos grupos minoritários. É uma consequência da desumanização das mulheres, você não enxerga mais a mulher como ser humana, assim como grupos minoritários em geral.”

Em entrevista para a Rádio Brasil Atual, a psicóloga Rachel Moreno, coordenadora do Observatório da Mulher, apontou a falta de legislação específica no Brasil para inibir o discurso de ódio na internet. “O Brasil é um país que não tem legislação que puna o estímulo ao ódio. Não estou falando de controle da internet, queremos que ela seja livre, mas quando há o estímulo ao ódio tem que haver punição e no Brasil não há. Isso aumenta e se multiplica principalmente nas mídias mais modernas.”

Assim como a fundadora da ONG Think Olga, Rachel também inclui a postura da mídia em sua crítica sobre a banalização da violência contra a mulher. “Na maior parte da grande mídia você tem um discurso bonito que reproduz e naturaliza a violência, que nos habitua a um nível maior de violência e que repete os estereótipos o tempo todo.”

A coordenadora do Observatório da Mulher lembra que recentemente se tentou incluir o tema das questões de gênero nos planos educacionais da esfera federal, estadual e municipal, intenção derrotada por maior força das bancadas conservadoras nos parlamentos. “E eles ainda estimulam os pais a denunciar o professor ou a escola que resolver ousar discutir qualquer questão. Isso tudo tem que ter um espaço para ser discutido e desnaturalizado. A escola é o espaço ideal e a mídia o segundo, porque reproduz isso e é uma educadora informal extremamente poderosa.”

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa o quinto lugar no mundo em feminicídio, com uma taxa de 4,8 crimes para cada 100 mil mulheres. Já o Mapa da Violência de 2015 revelou que do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Desde março de 2015, a Lei 13.104 tipifica o feminicídio no Código Penal brasileiro, definindo-o como crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. A lei estabelece que “há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Luciano Velleda
Da RBA

[‘Causa da mulher não é prioridade do](#)

Estado', diz promotora sobre feminicídios

Especialista no combate à violência contra a mulher, a promotora de Justiça Gabriela Mansur destaca a ausência do Estado como um dos fatores que perpetua casos de feminicídio, como a chacina em Campinas (SP), em que as nove vítimas foram chamadas de “vadias” pelo autor do crime.

(HuffPost Brasil - 03/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

“Enquanto não for prioridade de investimento público, destinação de verba, aprimoramento dos atendimentos, credibilidade da palavra da vítima, deixar pessoas especializadas em estratégias de políticas públicas e criminal, não vamos conseguir diminuir os índices de violência contra a mulher”, afirmou ao HuffPost Brasil.

Ele defende uma aplicação melhor da Lei Maria da Penha, em vigor há dez anos, e alterações para permitir a punição de crimes de ódio contra mulheres na internet, nos transportes públicos e do assédio de forma geral.

Na virada do ano, Sidnei Ramis de Araújo matou a ex-esposa, Isamara Filier, e outras nove mulheres. “Quero pegar o máximo de vadias da família juntas”, escreveu antes do crime. Na mesma noite, Renata Rodrigues Aureliano, foi queimada pelo ex-companheiro, Jéferson Diego Caetano da Costa, em Varginha (MG).

Confira os principais trechos da entrevista:

HuffPost Brasil: Nos dois casos de feminicídio noticiais as mulheres haviam registrado boletins de ocorrência denunciando os ex-companheiros. Por que ainda assim foram mortas?

Gabriela Mansur: A maior parte das vítimas fatais de feminicídio já registraram algum tipo de denúncia e fizeram algum tipo de pedido de proteção e de alguma forma houve uma falha do Estado que esta mulher não obteve proteção necessária para evitar que ela morra. É muito triste e lamentável a mulher que conseguiu romper a barreira do silêncio e bateu na porta do sistema de Justiça ainda assim não tenha tido a vida preservada. A gente vê o reflexo de três coisas. Primeiro deixar o ônus da denúncia e pedido de proteção nas costas da vítima, como se ela tivesse que ir atrás não só na primeira denúncia. A gente chama isso de rota crítica. A mulher percorre vários lugares e entidades até conseguir uma proteção efetiva.

O segundo ponto...

O segundo reflexo é a falha estatal de não ter dado esta proteção. Será que a palavra desta vítima está sendo posta em jogo? Será que está sendo dada credibilidade à palavra das mulheres. Nós temos voz com a Lei do Feminicídio e a Lei Maria da Penha, a credibilidade que foi dada a casos de violência doméstica, apoio da mídia, mas será que a nossa voz está sendo escutada? Por que sempre a mulher é testada? Por que há banalização da violência? Existe uma falha de dar credibilidade da palavra da vítima quanto da prestação jurisdicional propriamente dita.

E o terceiro aspecto?

O que eu vejo muito sintomático é o reflexo do machismo. Não só pela carta deixada com um discurso de ódio e misoginia em que há uma expressão do ódio contra as mulheres muito significativa, que chega até a matar muitas mulheres. Ele chamou as mulheres de vadias, a lei Maria da Penha de Lei Vadia da Penha. Há também a dificuldade da sociedade de saber aceitar a igualdade material de direitos entre homens e mulheres. Não só pela carta, como também pelos comentários e compartilhamentos nas redes sociais colocando a culpa na mulher em uma tentativa de justificar a ação deste homem. (...) Não se pode desqualificar a vítima e isso eu vejo muito. Mesmo quando a vítima foi morta são trazidos fatos desqualificando a mulher, com uma foto ou qualquer situação que aos olhos de outras pessoas possa colocar a honra dessa mulher em jogo.

A chacina chamou atenção do País, mas não houve resposta dos órgãos federais. Isso mostra que o assunto não é prioridade para o poder público?

Exatamente. Tem de mudar a cultura, ter não só no currículo escolar, mas também campanhas educativas com “machismo mata”, “não bata em mulher”, “a mulher pode ser o que ela quiser”. Isso é salutar. Mas para mim que trabalho com violência contra a mulher e enfrento obstáculos no dia a dia para proteção dessas mulheres eu acho que a causa da mulher ainda não é prioridade. Enquanto não for prioridade de investimento público, destinação de verba, aprimoramento dos atendimentos, credibilidade da palavra da vítima, deixar pessoas especializadas em estratégias de políticas públicas e criminal, enfim, enquanto não for prioridade não vamos conseguir diminuir os índices de violência contra a mulher.

Houve avanços?

A gente já avançou muito, conseguiu salvar muitas vítimas, mas temos que avançar porque até hoje os índices de violência contra a mulher não diminuem. As mulheres denunciam mais, têm mais acesso, mas depois que denunciam conseguem proteção? A violência em si diminuiu? Não? Parece que a violência aumentou a cada dia. Ou seja, qual o reflexo da Lei Maria da Penha na sociedade? A conscientização das mulheres. Mas não há conscientização dos homens de respeito às mulheres, que nós somos titulares de direitos e que não se justifica nenhuma violência contra a mulher. A causa tem de ser prioritária. Tem de ser uma demanda como é o combate à corrupção. Somos o quinto país do mundo em índices de violência contra a mulher e um dos últimos países do mundo nas políticas de igualdade de gênero.

Estudos apontam dificuldades dentro da estrutura de atendimento a casos de violência contra a mulher, incluindo o fato de alguns profissionais de delegacias especializadas atribuírem ao comportamento da mulher a causa da violência. Como mudar isso?

O machismo é estrutural. A banalização da violência contra a mulher é estrutural então você precisa de um pacote de estratégias para modificar esse cenário. (...) Na Lei Maria da Penha há previsão de capacitação de profissionais, com sensibilidade para atender os casos. Mas o que um delgado precisa de estrutura. Ele precisa de um psicólogo, um assistente social, estagiário, alguém para acompanhar a mulher. Não há a coleta de provas da forma como tem de ser feita. Tudo isso tem de ser modificado com investimento nessas delegacias para que o atendimento seja humanizado.

É mais uma questão de aplicar as leis atuais do que de criar novas leis?

A Lei Maria da Penha e a do feminicídio são muito boas, mas há leis que faltam para uma punição efetiva. Por exemplo, falta tirar o prazo de seis meses para a representação de crimes

de estupro contra maiores de 18 anos. Em seis meses a mulher tem um curto espaço de tempo para se conscientizar, ter coragem, enfrentar o trauma. Eu vejo também os crimes cometidos pelas mulheres pelos meios virtuais... nós não temos uma legislação específica. Não há uma legislação específica para o assédio em transportes públicos. Nós precisamos porque isso acaba sendo apenas uma contravenção penal. Então essa mulher acaba tendo nenhuma proteção.

Como uma nova legislação seria mais fácil enquadrar como crime esses comentários de ódio contra mulheres na internet?

Nós temos alguma tipificação que consegue adequar (esses casos) nos tipos penais existentes. Mas não há legislação específica e há essa necessidade porque as mulheres estão sendo extremamente agredidas pelas redes sociais. Acabam violando a honra dessas mulheres com posts de fotos íntimas, de conversas íntimas, que chamamos de pornografia de revanche. A falta dessa legislação específica encoraja pessoas a cometer crimes que em menos de um minuto viralizam, acabam com a imagem dessa mulher num curto intervalo e você perde a possibilidade de saber de onde partiu essa violência. Nós não temos ainda um trabalho de atuação específica não só por parte da polícia, como também do ministério público e do poder judiciário.

Chacina de Campinas: um feminicídio

Técnico matou a ex-mulher, o filho e outras dez pessoas na noite de Réveillon. Das 12 vítimas, 9 eram mulheres, a quem chamou de “vadias”

(Carta Capital, 03/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

O técnico de laboratório Sidnei Ramis de Araújo, de 46 anos, matou 12 pessoas a tiros antes de se suicidar na noite de Réveillon, em Campinas. Das 12 vítimas, nove eram mulheres, entre elas sua ex-mulher Isamara Filier, de 41 anos. Todos foram sepultados na segunda-feira 2.

Uma carta escrita pelo assassino e divulgada no domingo 1º pelo jornal *O Estado de S. Paulo* não deixa dúvidas: trata-se de [feminicídio](#), crime no qual as mulheres são mortas em razão do gênero, ou seja, por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Na carta, Araújo usa 12 vezes a palavra “vadia” para se referir à ex-mulher e às mulheres da família dela. “Quero pegar o máximo de vadias da família juntas”, escreveu.

Em outro trecho, em que o ódio e a [misoginia](#) ficam ainda mais evidentes, o assassino diz ter “raiva das vadias que se proliferam e muito a cada dia se beneficiando da lei vadia da penha!”, uma referência à [Lei Maria da Penha](#). Araújo desconhecia ou ignorava o fato de que a lei, criada em 2006, reduziu em cerca de 10% a taxa de homicídio contra mulheres vítimas de violência doméstica, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Apesar dos avanços trazidos pelas leis do Feminicídio e Maria Penha, a [violência de gênero](#) faz

parte do cotidiano do País. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) compilados no Mapa da Violência 2015 apontam que o Brasil é o quinto país do mundo em [assassinatos de mulheres](#), atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

De acordo com um [dossiê](#) divulgado em novembro pelo [Instituto Patrícia Galvão](#), a cada 90 minutos uma mulher é vítima de feminicídio no Brasil. Para Marisa Sanematsu, diretora de conteúdo do instituto e editora-chefe do Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, a chacina de Campinas tem todos os elementos de um [feminicídio](#).

“Além do crime de assassinato cometido em uma circunstância de violência doméstica familiar, o assassino mostra muito menosprezo à mulher, à condição do sexo feminino. Isso abrange todas as vítimas dessa chacina”, afirma. Para Sanematsu, que participou da elaboração do Dossiê Feminicídio, o caso expõe a urgência em debater o [machismo](#) na sociedade brasileira.

“O que leva a esse ódio? Isso representa, para mim, a incapacidade do homem de lidar com o empoderamento das mulheres. Esse empoderamento leva as mulheres a dizerem não, e as reações extremas vêm daqueles que não sabem lidar com a contrariedade. Então toda mulher que contraria a sua vontade, a sua ordem e a sua opinião é uma vadia. E é essa mulher que merece ser agredida, que merece ser morta. É muito preocupante”, completa Sanematsu.

Entre as 12 vítimas de Araújo está também João Victor Filier de Araújo, de 8 anos, filho dele com Isamara. Os pais disputavam a guarda da criança, e em 2012 Araújo foi acusado pela ex-mulher de abusar sexualmente do filho. A Justiça considerou que as acusações não eram “cabalmente comprovadas”, mas determinou regras de convívio restritas. De acordo com [Daniela Teixeira](#), vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, a Justiça falhou.

“O Judiciário deve desculpas a essa mulher que morreu e aos parentes que também morreram. Essa mulher já tinha procurado a Justiça para dizer que ele [Araújo] era uma pessoa perturbada. Todo o sistema jurídico falhou na proteção dessa mulher, dessa criança e das outras pessoas inocentes que foram mortas nesse Réveillon”, afirma Teixeira. “As atitudes dele comprovam que ela [Isamara] tinha razão. Esse pai não podia ficar perto do filho. Olha o que ele foi capaz de fazer”, continua.

Na carta, Araújo coloca-se como vítima de uma “injustiça”, de um plano armado pela ex-mulher para distanciá-lo do filho. Por fim, incita o ódio e a violência contra as mulheres.

“Eu morro por justiça, dignidade, honra e pelo meu direito de ser pai! (...) A vadia foi ardilosa e inspirou outras vadias a fazer o mesmo com os filhos, agora os pais quem irão se inspirar e acabar com as famílias das vadias”, escreveu o assassino.

Para Sanematsu, do Patrícia Galvão, agora é o momento de desviar os holofotes do discurso [misógino](#) do assassino. “O que me preocupa é que esse discurso encontre ressonância em boa parte da população, especialmente masculina, que também está insatisfeita, se sentindo impotente”, afirma.

Daniela Teixeira, da OAB-DF, concorda. “O que choca são as reações, os comentários nas reportagens. As pessoas estão justificando a atitude dele, como se a mulher devesse ser responsabilizada.”

Ex de atirador da chacina detalhou ameaças à Polícia Civil; veja conteúdo

Isamara já havia sofrido ameaça de morte no dia de Natal, em 2012. Centro de Referência e Apoio à Mulher definiu caso como feminicídio.

(G1, 03/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

A ex-mulher do atirador da chacina de Campinas (SP), Isamara Filier, de 41 anos, detalhou como foram as ameaças e as demais queixas contra Sidnei Ramis de Araujo, de 46 anos, à Polícia Civil. Nesta terça-feira (3), o G1 obteve, com exclusividade, o conteúdo dos históricos dos cinco boletins de ocorrência registrados pela vítima ao longo de dez anos.

O Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo) da cidade definiu o crime da noite de réveillon como um feminicídio.

“A gente entende que não é uma chacina. Acho que as cartas que ele deixou expressam um ódio. É sim um feminicídio. Para nós o que ficou muito claro foi a questão do ódio das mulheres de uma forma geral, e não só da ex-mulher. A gente tem que se unir para alertar outras mulheres sobre os sinais que os homens emitem durante um relacionamento. Que mostram que é um relacionamento abusivo”, afirma Elza Frattini Montali coordenadora do Centro de Referência.

Segundo ela, um ato em repúdio à violência contra a mulher está sendo marcado para esta semana, em Campinas.

Isamara, o filho de 8 anos com Sidnei e mais dez pessoas da família dela foram assassinados durante uma festa de réveillon, entre a noite do dia 31 de dezembro e a madrugada de 1º de janeiro.

Sidnei invadiu o local atirando e atingiu 15 pessoas; 11 morreram no local e quatro baleadas foram socorridas, mas uma não resistiu aos ferimentos. O filho foi o último a ser morto antes de Sidnei cometer suicídio.

Além dos cinco boletins de ocorrência registrados desde 2005 até 2015, em 2013 Isamara denunciou Sidnei à Justiça por abuso contra o filho dos dois.

Sidnei deixou a explicação do que o motivou a cometer o crime em uma carta de oito páginas, divulgada na imprensa, que já está também com a Polícia Civil. Ameaça de morte no Natal, empurrão...

Isamara começou a registrar as queixas quando ainda era casada com Sidnei. Eles ficaram juntos por pouco mais de dois anos, segundo os depoimentos prestados à polícia, e estão separados há cerca de cinco anos.

As discussões eram frequentes e, após a separação, ela sofreu ameaças verbais e chegou a ser

empurrada durante uma visita de Sidnei para ver o filho.

Foram quatro boletins de ocorrência de natureza criminal, mas as investigações não prosseguiram porque Isamara não representou, ou seja, não quis dar continuidade aos processos. O quinto boletim foi de natureza não criminal.

Junho de 2005 - Isamara tinha 29 anos e trabalhava na função de encarregada de setor. Ainda era casada com Sidnei.

“Foi ameaçada pelo seu esposo de 34 anos na tarde de 7 de junho de 2005 na Rua Leonida Reimann Trotti, em Campinas, no interior de SP. Segundo a vítima, as discussões eram frequentes e, na tarde do dia 7 de junho, durante outra discussão, seu esposo a ameaçou e a insultou. A encarregada foi orientada quanto ao prazo de representação. O caso foi registrado na 1ª Delegacia de Defesa da Mulher [DDM] de Campinas como ameaça e injúria”, diz o BO.

Dezembro de 2012 - Isamara tinha 37 anos e registrou queixa por ameaça na manhã do dia 25 de dezembro.

“Informou que foi ameaçada por seu ex-companheiro, de 42 anos na manhã do dia 25 de dezembro de 2012, no Jardim Aurélia, em Campinas. A mulher contou aos policiais que eles têm um filho juntos e que, nesse dia, o homem ligou e a ameaçou de morte. A vítima foi orientada quanto às medidas protetivas e ao prazo de representação. O caso foi registrado na 1ª DDM de Campinas”, diz o BO.

Setembro de 2013 - Isamara tinha 38 anos e foi empurrada por Sidnei. Ela relatou à polícia que já havia denunciado o ex à Justiça por abuso contra o filho.

“Foi empurrada por seu ex-marido no dia 8 de setembro de 2013 no Jardim Aurélia, em Campinas, interior de SP. Segundo informou a vítima, o homem que realizava uma visita regular ao filho a empurrou quando ela se aproximou. Ao ser informado que ela chamaria a polícia, ele fugiu do local. A mãe do garoto também disse que já havia processado o autor por abuso de incapaz. Vítima orientada quanto ao prazo de representação. O caso foi registrado no 4º DP de Campinas como ‘vias de fato’”, diz o BO.

Dezembro de 2014 - Isamara trabalhava como contadora e tinha 39 anos. Chamou a polícia após o ex-marido, com 44 anos, assistir a uma partida de futebol do filho sem autorização.

“Policiais militares foram acionados no dia 9 de dezembro de 2014 para comparecer ao Clube Aurélia C J Habitacional Bandeirante, em Campinas, para atender a uma discussão. Uma contadora de 39 anos informou à polícia que foi casada com o técnico de 44 anos e que, após a separação, foi determinada que ela permanecesse com a guarda do filho que tiveram juntos. A determinação judicial impedia que seu ex-marido se aproximasse da criança fora dos dias de visita. Os policiais adentraram ao clube e avistaram o técnico assistindo a uma partida de futebol sem intenção de se aproximar da criança. Ele dizia que desconhecia essa ordem judicial. Os dois foram orientados a procurar a Vara de Família competente e buscar advogados ou defensor público para providências pertinentes na esfera cível. O caso foi registrado como ‘outros não criminal’, no 4º DP de Campinas”, diz o BO.

Junho de 2015 - Isamara foi ameaçada de morte e chegou a ser informada sobre possibilidade de medidas protetivas e abrigo.

“Uma mulher de 39 anos foi ameaçada por seu ex-companheiro no dia 14 de junho de 2015 no Jardim Aurélia, em Campinas, no interior de SP. A mulher compareceu à delegacia e informou que foi casada com o autor há mais de dois anos, porém estavam separados há mais de cinco anos. Ainda segundo informou, o homem, de 44 anos, a ameaçou dizendo que era melhor ela ir conversar com o diabo, pois nem Deus a ajudaria, porque ela e sua mãe iriam pagar. O caso foi registrado no 1º DP de Campinas como ameaça. A vítima foi informada das medidas protetivas mas não as solicitou e nem desejou ser abrigada”, diz o BO.